



MIL PLATÔS

Edson Peixoto Andrade¹

Edilamara Peixoto de Andrade²

Debora Izane Dias Andrade Santana³

GT10 – Práticas Investigativas na Educação Superior.

RESUMO

O presente artigo é uma análise das duas primeiras partes do quarto platô apresentado na obra *Mil Platôs* dos franceses Deleuze e Guattari. O objetivo do mesmo é apresentar as principais questões levantadas pelos autores, a saber, a questão da relação entre linguagem e a dimensão da informação e da comunicação e a questão da máquina abstrata da língua.

Palavras-Chave: Linguagem, linguística, língua, informação, comunicação.

ABSTRACT

The present article is an analysis of the first two parts of the fourth plateau presented in the *Mil Plateau* works of the French Deleuze and Guattari. The purpose of this paper is to present the main questions raised by the authors, namely the question of the relationship between language and the dimension of information and communication and the issue of the abstract language machine.

Keywords: Language, linguistics, language, information, communication

¹ Mestre em Filosofia pelo PPGF/UFS, especialista em Metodologia do Ensino da História e da Geografia, licenciado em História pela Universidade de Uberaba, Bacharel em Psicologia pela Faculdade AGES, membro do GefilUFS (Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem da UFS), professor da Educação Básica no município de Paripiranga/BA. edsonpsique@yahoo.com.br.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa, licenciada em Letras pela Faculdade AGES, advogada, membro do GefilUFS (Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem da UFS). dilapa@bol.com.br

³ Licenciada em Letras, professora da rede pública, coordenadora pedagógica. deboraizane@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A obra *Mil Platôs* é composta por platôs que, segundo os autores, podem ser lidos separadamente. A edição brasileira está dividida em cinco volumes. No segundo deles se apresenta o quarto e quinto platôs, a saber, postulados da linguística e sobre alguns regimes de signo.

O quarto platô se compõe de quatro partes. Em cada uma se analisa um postulado da linguística, a saber: primeira, “a linguagem seria informativa e comunicativa”; segunda, a suposta existência de “uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator ‘extrínseco’”; terceira, a suposta existência de “constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo” e por fim, na quarta parte, a pressuposição de que “só se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão”. Neste texto analisaremos as duas primeiras partes

2 PRIMEIRA PARTE: A LINGUAGEM SERIA INFORMATIVA E COMUNICATIVA

Como dissemos anteriormente, a primeira parte analisa o postulado que apresenta a linguagem como informativa e comunicativa. Esta parte pode ser subdividida em cinco pontos: análise do postulado e defesa da linguagem enquanto palavra de ordem; os atos de fala, os agenciamentos coletivos de enunciação, as palavras de ordem e a redundância; os agenciamentos de enunciação e os atos imanentes à linguagem; a pragmática; conclusão.

Primeiro ponto: Linguagem não é informação nem comunicação. Linguagem é palavra de ordem (§ 1-2, p. 11-14). A linguagem não é informação. Para justificar tal posição Deleuze e Guattari apresentam o exemplo da professora que não se questiona ao interrogar um aluno, mas, “ensina”, dá ordens, comanda. Com este exemplo eles fazem duas considerações: primeiro, “os mandamentos do professor não são exteriores nem se acrescentam ao que ele nos ensina”. Segundo, tais mandamentos “não provém de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apóia sempre, e desde o início, em ordens, por isso é redundância”(DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.11).

Nesse exemplo estão dois conceitos basilares: o de redundância, que será explicitado mais adiante e o de “palavra de ordem” que está relacionado à unidade

elementar da linguagem, a saber, o enunciado. De acordo com os autores, a linguagem não é feita para que se acredite nela e sim para obedecer e fazer obedecer, por exemplo: nos informes de polícia não se tem a preocupação com a credibilidade da informação, mas, com a definição daquilo que deve ser observado (palavra de ordem). Como justificativa eles citam Spengler⁴ para quem as formas fundamentais da fala são o comando, o testemunho de obediência e a asserção, bem como, a pergunta, a afirmação ou a negação. De acordo com Spengler as formas fundamentais da fala não seriam o enunciado de juízo (informação) ou expressão de sentimento (comunicação). Assim, está preparado o terreno para a afirmação seguinte: “uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático” (Id., 1995, p. 12), o que corrobora a definição de linguagem como palavra de ordem. Em tal contexto, as informações não servem para definir a linguagem, mas, apenas para emitir, transmitir e observar as ordens, os comandos.

A linguagem não é informação nem comunicação.

Para Deleuze e Guattari, a palavra de ordem não é a origem da linguagem mas apenas uma “função-linguagem”, em outras palavras, “uma função coextensiva à linguagem”(Id., 1995, p.13). Segundo os autores, “a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer” (Id. 2015, p. 13). Também não são metáforas ou metonímias. A primeira determinação que preenche a linguagem é o discurso indireto. As metáforas e metonímias, nesse sentido, supõem discurso indireto. Os autores Benveniste em seu exemplo das abelhas. Para este, as abelhas não possuem linguagem. Elas comunicam o que vêem mas não transmitem o que foi comunicado. Com esse exemplo, se demonstra que o funcionamento da linguagem não se contenta em ir do primeiro que viu ao segundo que não viu (comunicação de signo) e sim de alguém que não viu a outro alguém que também não viu. Nesse contexto temos transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, o que difere da comunicação de signo como informação. “A linguagem é um mapa e não um decalque” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 14).

Mas como entender a palavra de ordem enquanto coextensiva à linguagem? A chave está na teoria dos atos de fala que será explicitada no próximo ponto.

⁴ SPENGLER, *L'homme et la technique*, Gallimard, Idées, p. 103

Segundo ponto: os atos de fala, os agenciamentos coletivos de enunciação, as palavras de ordem e a redundância (§ 3-7, p. 14-18). De acordo com os autores, o que mostram as teses de Austin?

As célebres teses de Austin mostram que não existem, entre a ação e a fala, apenas relações extrínsecas diversas, de forma que um enunciado possa descrever uma ação no modo indicativo, ou antes, provocá-la de um modo imperativo, etc. Existem também relações intrínsecas entre a fala e determinadas ações que se realizam quando *estas* são ditas (o performativo: juro ao dizer “eu juro”), e mais geralmente entre a fala e determinadas ações que se realizam quando falamos (o ilocutório: interrogo dizendo “será que...?”, prometo dizendo “eu te amo...”, ordeno empregando o imperativo... etc.) (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 14).

Quais as consequências do performativo e ilocutório? Para Deleuze e Guattari são três: primeiro, a impossibilidade de se conceber a linguagem como código, o qual é indispensável para uma explicação, bem como, a impossibilidade de se conceber a fala como comunicação de informação uma vez que nos atos de fala o que se tem são efetuações de “atos específicos imanentes, necessariamente implícitos” (Id., 1995, p. 14). Segundo, “a impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou uma fonemática” independentes da “pragmática” (Id., 1995, p. 14). Terceiro, a impossibilidade da manutenção da distinção língua-fala uma vez que tanto o sentido quanto a sintaxe da língua “não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe” (Id., 1995, p.15).

Mas como fazer dos atos de fala (pressupostos implícitos) uma função coextensiva à linguagem? Para os autores esta é uma questão complexa e uma possibilidade de resposta é encontrada em Oswald Ducrot que invertera o esquema de Benveniste, partindo do ilocutório ao performativo. Para este autor, determinados enunciados estão socialmente consagrados à realização de certas ações determinadas, desse modo, o ilocutório explica o performativo e, por sua vez, é explicado por “agenciamentos coletivos de enunciação” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 16). Nesse contexto, as palavras de ordem seriam a relação de qualquer palavra ou enunciado com pressupostos implícitos, isto é, com atos de fala que se realizam no enunciado e apenas nele. Eles não remetem apenas aos comandos, mas, também a atos ligados aos enunciados por “obrigação social”. Todo enunciado, segundo os autores, apresenta esse vínculo e como exemplo de palavras de ordem teríamos as perguntas e as promessas (Id., 1995, p. 16).

A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem. A relação entre o enunciado e o ato é interior/imanente, mas, não é relação de identidade [um não é o outro] e sim, de redundância tanto do ato quanto do enunciado, por exemplo, “os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc.” (Id., 1995, p. 16-17).

Para Deleuze e Guattari

a linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (1995, p. 17).

Aqui já se encontra a conclusão a respeito do postulado que está sendo analisado. Segundo os autores, a redundância da palavra de ordem tem primazia em relação à informação. A informação se apresenta como condição mínima para a transmissão das palavras de ordem. Por sua vez, a redundância possui duas formas, a primeira delas, chamada de *frequência*, concerne à significância da informação. A segunda forma, a *ressonância*, se refere à subjetividade da comunicação. Com isso, fica clara a subordinação da informação e comunicação, bem como, da significância e subjetivação à redundância da palavra de ordem. Há de se notar também, que nesse esquema, a informação e a comunicação se separam enquanto que se destacam uma significância abstrata da informação e uma subjetivação abstrata da comunicação. No entanto, “não existe significância independente das significações dominantes, nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 17). Dito de outro modo, “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação”. Assim, “só há individuação do enunciado e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina” (Id., 1995, p. 18). Como exemplo, podemos citar o discurso indireto e discurso indireto livre.

O que é um discurso indireto livre? É um discurso no qual não há contornos distintivos nítidos, não há inserção de enunciados individuados nem encaixe de sujeitos de enunciação. Em tal discurso só há agenciamento coletivo que, por sua vez, determina “os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso” (Id., 1995, p. 18). É o agenciamento - e não as

distinções de sujeitos - que explica por exemplo: todas as vozes presentes em uma voz ou as risadas de meninas em determinado monólogo, “as línguas em uma língua⁵, em suma, as palavras de ordem” (Id., 1995, p. 18).

Para Deleuze e Guattari o agenciamento coletivo é a noção mais importante uma vez que dá conta do caráter social da enunciação. Uma definição nominal do agenciamento coletivo poderia ser dada em termos de “complexo redundante do ato e do enunciado que o efetua necessariamente” (Id., 1995, p. 18). Além desta, existe uma definição real que só pode ser feita respondendo à questão: em que consistem os atos imanentes à linguagem, ou seja, “atos que estão em redundância com os enunciados ou criam palavras de ordem”? (Id., 1995, p. 18). Tal questão será tratada no próximo ponto.

Terceiro ponto: Os agenciamentos coletivos de enunciação e os atos imanentes à linguagem (§ 8-9, p. 18-20). De acordo com os autores, os atos imanentes à linguagem são o conjunto das transformações incorpóreas em curso em dada sociedade, os quais se atribuem aos corpos da mesma sociedade. Para entender isso, há de se esclarecer a noção de corpo. Deleuze e Guattari utilizam a noção geral de corpo, tal qual a dos estoicos (corpos morais, almas corpos, etc.). Desse modo, distingue-se as ações e paixões (que afetam os corpos), dos atos (atributos não corpóreos) como expressos do enunciado⁶. Por exemplo, em Ducrot vemos um caso de agenciamento jurídico (ato) em que o magistrado transforma o acusado em condenado⁷. Há o crime e há a execução penal (ações-paixões que se referem aos corpos da propriedade, da vítima, do condenado, da prisão). A transformação do acusado em condenado é um ato instantâneo, um atributo incorporal, um expresso da sentença do magistrado. Nesse contexto, qualificar um crime não é um ato. O ato é o que o juiz profere. Ato é aquilo que provoca a ação sem efeitos intermediários.

A instantaneidade da palavra de ordem pode ser projetada ao infinito. Segundo Deleuze e Guattari ela é curiosa quando situada na origem da sociedade, por exemplo, a passagem do estado de natureza ao estado civil, em Rousseau: “em Rousseau, a passagem do estado de natureza ao estado civil é como um salto no mesmo lugar, uma transformação incorpórea que se faz no instante Zero” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 20). Para os autores, o que a história real narra são as ações e as paixões dos corpos que se desenvolvem em dado campo social. No entanto, a história

⁵ Essa questão das diversas línguas em uma língua são trabalhadas na terceira parte deste platô.

⁶ Cf. *Lógica do Sentido* (Segunda Série).

⁷ Em *Diferença e repetição* vemos o conceito de *cesura do eu* quando, por exemplo, Édipo se transforma em assassino do pai.

também transmite palavras de ordem, “atos puros que se intercalam nesse desenvolvimento” (Id., 1995, p. 20). Por isso, a história é datada. Por exemplo, a inflação de 1918 na Alemanha afeta o corpo monetário e os outros corpos. O conjunto das circunstâncias é responsável por gerar uma transformação semiótica, incorpórea, nesse caso, o *rentenmark*⁸ (Id., 1995, p. 20).

Quarto ponto: A pragmática (§ 10 - 12, p. 20-25). Os agenciamentos, de acordo com os autores, estão em variação contínua, isto é, estão submetidos a transformações. Para entender as transformações há de se considerar que, em primeiro lugar há a intervenção das circunstâncias. De acordo com Benveniste, o enunciado performativo está na dependência das circunstâncias. Por exemplo, o enunciado “decreto a mobilização geral” depende da variável que dá o direito a fazer tal decreto. Do mesmo modo, o enunciado “eu te amo” só encontra sentido, sujeito e destinatário nas circunstâncias relativas à sua emissão. Nesse sentido, são as circunstâncias que fazem do enunciado um agenciamento e um marcador de poder.

Os autores salientam que circunstâncias não devem ser entendidas apenas como exteriores. Desse modo, o mesmo enunciado pode provocar transformações diferentes. Por exemplo, “Eu juro” não é o mesmo se for dito em família, na escola, em um amor, no interior de uma sociedade secreta, no tribunal; não é a mesma coisa, mas tampouco é o mesmo enunciado”, também “não é a mesma situação de corpo” nem “a mesma transformação incorpórea”. Desse modo, pode-se dizer que “a transformação se refere aos corpos, mas ela mesma é incorpórea, interior à enunciação” (Id., 1995, p. 21).

Para os autores, a linguística se atém a constantes, relaciona enunciado a significante e enunciação a sujeito, desse modo, ela perde o agenciamento, remete as circunstâncias ao exterior e fecha a língua sobre si mesma. Por outro lado, a pragmática não se atém apenas às circunstâncias externas, mas, “destaca variáveis de expressão ou de enunciação” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 21). Desse modo, a palavra de ordem é aquela variável que faz da palavra uma enunciação. Nesse contexto, os autores salientam que é possível definir a pragmática como “uma política da língua” (Id., 1995, p. 22). Exemplos: a) os estudos dos enunciados nazistas revelam a “variação das palavras de ordem e dos atributos não-corpóreos que se relacionam aos corpos sociais, efetuando atos imanentes” (Id., 1995, p. 22); b) outro exemplo citado pelos autores versa sobre os enunciados leninistas na Rússia: “proletários de todo o mundo, uni-vos!”

⁸ Segundo nota, “papel moeda emitido durante a Revolução Francesa e que era, em princípio, caucionado nos bens nacionais” (Id. 1995, p. 20).

que destaca das massas uma classe proletária como agenciamento de enunciação. E ainda, “Todo o poder aos soviets” que decorre da ruptura com os social-democratas. Segundo os autores, “Lênin inventa ou decreta ainda uma outra transformação incorpórea, que destaca da classe proletária uma vanguarda como agenciamento de enunciação, e que será atribuída ao ‘Partido’, a um novo tipo de partido como corpo distinto” e que assim está “pronto para cair em um sistema de redundância propriamente burocrático” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 22). Mas “Lênin declara que a palavra de ordem ‘Todo poder aos soviets’ só valeu de 27 de fevereiro a 4 de julho, para o desenvolvimento pacífico da Revolução” e não valia mais no “estado de guerra” (Id., 1995, p. 22). Aqui acontece nova transformação incorpórea. Com esses exemplos fica destacado que toda palavra de ordem necessariamente precisa ser reduzida da soma das particularidades de dada situação política.

As particularidades, de acordo com os autores, remetem à política e não à linguística. Mas até que ponto a política trabalha a língua internamente fazendo variações do léxico, da estrutura de frase e de outros elementos, sempre que se tem uma transformação da palavra de ordem?

Os autores destacam que um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função das implicações pragmáticas, isto é, dos pressupostos implícitos, dos atos imanes, das transformações incorpóreas que exprimem e que introduzem novos recortes entre corpos. Nesse contexto, segundo Deleuze & Guattari, “a verdadeira intuição não é o juízo de gramaticalidade, mas a avaliação das variáveis interiores de enunciação em relação ao conjunto das circunstâncias” (Id., 1995, p. 23). Qual é o processo?

Passamos dos comandos explícitos às palavras de ordem como pressupostos implícitos; das palavras de ordem aos atos imanes ou transformações incorpóreas que eles expressam; depois, aos agenciamentos de enunciação dos quais eles são as variáveis. Quando essas variáveis se relacionam de determinado modo em um dado momento, os agenciamentos se reúnem em um *regime de signos ou máquina semiótica* (DELEUZE & GUATTARI, 1995, 23).

Os autores salientam que a sociedade é perpassada por diversas semióticas e possui diversos regimes mistos e que “novas palavras de ordem surgem em um outro momento, fazendo variar as variáveis, e não pertencendo, ainda, a um regime conhecido” (Id., 1995, p. 23), desse modo, a palavra de ordem é redundância de

diversos modos. Ela é redundância “em si mesma e desde sua emissão, em sua relação ‘imediate’ com o ato ou com a transformação que efetua” (Id., 1995, p. 23). Nesse sentido, mesmo aquela palavra de ordem que está em ruptura com dada semiótica, já é redundância⁹. Isso justifica o fato dos agenciamentos coletivos só possuírem os enunciados do discurso indireto, isto é, “a presença de um enunciado relatado em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra” (Id., 1995, p. 23).

Toda a linguagem é discurso indireto. Mas de onde vem o discurso direto? O discurso direto é extraído do indireto “à medida que as operações de significância e os processos de subjetivação em um agenciamento se encontram distribuídos, atribuídos, consignados”, ou então, “à medida que as variáveis do agenciamento estabelecem relações constantes, por mais provisórias que sejam” (Id., 1995, p. 23). Dito de outro modo, “o discurso direto é um fragmento de massa destacado, e nasce do desmembramento do agenciamento coletivo” (Id., 1995, p. 23). O discurso direto, nesse contexto, é sempre o “discurso indireto livre”.

Os autores retomam o problema: em que é definida uma função-linguagem, função coextensiva à linguagem? Eles deixam claro que as palavras de ordem, os agenciamentos coletivos e os regimes de signos não se confundem com a linguagem, mas, efetua a condição da linguagem (sobrelinearidade¹⁰ da expressão). Sem tais elementos a linguagem seria virtualidade. É aqui que se tem o caráter sobrelinear do discurso indireto.

Um dos pontos destacados é que os agenciamentos variam, se transformam, contudo, “não variam necessariamente segundo cada língua, não correspondem às diversas línguas” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 25). E o que seria uma língua? Para eles, uma língua se define pelas constantes fonológicas, semânticas e sintáticas nos enunciados enquanto o agenciamento coletivo seria o uso de tais constantes em função das variáveis que são interiores à enunciação, isto é, a expressão, os atos imanentes. Deleuze e Guattari destacam que, nesse contexto, constantes diferentes, de diferentes línguas podem ter o mesmo uso e que as mesmas constantes, na mesma língua podem ter usos diferentes. Desse modo, não devemos nos ater à dualidade constantes X variáveis uma vez que as variáveis pragmáticas de uso se apresentam como interiores à enunciação. Em tal contexto, o agenciamento coletivo é coextensivo à língua

⁹ A redundância é a relação entre ato e enunciado. O enunciado executa o ato e o ato se executa dentro do enunciado” (cf. LOBO, Lília Ferreira. *Pragmática e subjetivação: por uma ética impiedosa do acontecimento*. Psicologia em estudo, Maringá, v.9, n. 2, p. 195-205, mai/ago,2004.

¹⁰ “um plano cujos elementos não possuem mais ordem fixa” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 33)

considerada e à linguagem uma vez que exprimem o conjunto das transformações incorpóreas que efetuam a condição de linguagem e utilizam os elementos da língua.

Em suma, a função linguagem não é informativa (significante), nem comunicativa (intersubjetiva), “e de nada serviria abstrair uma significância fora da informação, ou uma subjetividade fora da comunicação. Pois é o processo de subjetivação e o movimento de significância que remetem aos regimes de signos” (Id., 1995, p. 26), também chamados agenciamentos coletivos.

A função-linguagem é a transmissão de palavras de ordem que remetem a agenciamentos que, por sua vez, remetem a transformações incorpóreas e que constituem as variáveis da função. Nesse contexto, a linguística depende da pragmática (semiótica, política) e a pragmática é quem define a efetuação da condição de linguagem e o uso dos elementos da língua (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 26).

3 SEGUNDA PARTE: HAVERIA UMA MÁQUINA ABSTRATA DA LÍNGUA, QUE NÃO RECORRERIA A QUALQUER FATOR “EXTRÍNSECO”

A segunda parte do quarto platô está dividida em três pontos, a saber, o primeiro, as formalizações conteúdo/expressão; o segundo, princípios gerais do agenciamento; terceiro, conclusão da análise do postulado.

Primeiro ponto: duas formalizações - conteúdo X expressão (§ 14-15, p. 26-28). Deleuze e Guattari postulam que, da distinção corpóreo x não corpóreo, podemos encontrar duas formalizações. A formalização da dimensão corpórea seria o conteúdo (polo mão-ferramenta; a lição das coisas). Já a formalização do não-corpóreo seria a expressão (polo rosto-linguagem; a lição dos signos). A oposição não está entre o conteúdo e a forma, mas, entre conteúdo e expressão. Cada uma tem sua forma, não há correspondência, nem conformidade. Desse modo, “não se pode jamais atribuir à forma de expressão a simples função de representar, de descrever ou de atestar um conteúdo correspondente” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 26). É destacado também que elas não são da mesma natureza, mas, por outro lado, são independentes e heterogêneas. Para os autores “os estoicos foram os primeiros a elaborar a teoria dessa independência¹¹” (Id., 1995, p. 26). Os estóicos distinguem as ações e paixões dos corpos (corpo enquanto a totalidade do conteúdo formado) e os atos incorpóreos (o “expresso” dos enunciados). Qual a consequência da teoria estóica para as

¹¹ Mais adiante irão destacar que os estóicos foram os primeiros a elaborar uma filosofia da linguagem.

formalizações? A constituição da forma de expressão seria o encadeamento dos expressos enquanto que a forma do conteúdo seria constituída pela trama dos corpos (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.27)

Para os autores, a genialidade dos estóicos pode ser apresentada em dois aspectos. Primeiro: eles levaram esse paradoxo ao ponto máximo, até à demência e ao cinismo; Segundo: eles fundaram o paradoxo nas mais sérias razões, com isso, a recompensa foi “a de terem sido os primeiros a elaborar uma filosofia da linguagem” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 27).

Mas o que são essas transformações / atributos incorpóreos? A resposta a esta pergunta precisa considerar três aspectos:

Primeiro: os expressos não são representação. Eles são ditos e apenas ditos acerca dos corpos (Id., 1995, p.27). Nesse sentido, eles nem são descrições nem representações. Para entender isso é preciso considerar o corpo que possui suas qualidades, ações, paixões e representações, isto é, suas formas. Assim sendo, dizem os autores, “se os atributos não-corpóreos são ditos acerca dos corpos, se podemos distinguir o expresso incorpóreo “avermelhar” e a qualidade corpórea “vermelha” etc. é então por uma razão bem diferente do que a da representação” (Id., 1995, p. 27). Por outro lado, o corpo ou o estado de coisas não é o referente do signo.

Segundo: expressar um atributo incorporal e atribuí-lo ao corpo não é representar, mas é, de certo modo, intervir, o que é “um ato de linguagem” (Id., 1995, p.27). O fato das duas formas serem independentes não é contradito quando se afirma que “as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-los, mas para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los, precipitá-los...” (Id., 1995, p.27). Tal inserção da cadeia de transformações na trama das modificações contínuas pode ser exemplificada pelo sentido dado pelos estóicos às datas:

(...a partir de que momento se pode dizer que alguém é careca? E em que sentido um enunciado do tipo “haverá uma batalha naval amanhã” é uma data ou uma palavra de ordem?). A noite de 4 de agosto, o 4 de julho de 1917, o 20 de novembro de 1923: que transformação incorpórea está expressa, que entretanto é atribuída aos corpos, e nele se insere? (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 27)

Terceiro: As duas formas são independentes. Não há paralelismo entre as duas formas, mas, “um esfacelamento das duas, uma maneira cujas expressões se

inserem nos conteúdos, por meio da qual se salta sem cessar de um registro a outro, cujos signos trabalham as próprias coisas” e, ao mesmo tempo, “as coisas se estendem ou se desenrolam através dos signos” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 28). O mesmo “x” tanto é corpo (que age e sofre) quanto é signo (ato/palavra de ordem). Um não representa ou é referente do outro. Um segmento reveza com outro, se introduz e se insinua no outro.

Segundo ponto: princípios gerais do agenciamento (§ 16-18, p. 28-30). Para os autores, tanto a forma do conteúdo quanto a da expressão não são separáveis do movimento de desterritorialização. Um pode ser mais desterritorializado do que outro, mas, não há como defender o primado de um sobre o outro em grau de desterritorialização. “Existem graus de desterritorialização que quantificam as formas respectivas, e segundo os quais os conteúdos e as expressões se conjugam, se alternam, se precipitam uns sobre os outros, ou, ao contrário, se estabilizam, operando uma reterritorialização” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 29). Por exemplo, em 20/11/1923 temos na Alemanha uma inflação que é desterritorializante do corpo monetário. Nesse contexto temos também a reterritorialização, com a transformação semiótica da moeda. O outro exemplo é o da Rússia em 4/7/1917 onde temos “as proporções de um estado de ‘corpo’ Sovietes-Governo provisório, mas igualmente a elaboração de uma semiótica incorporada bolchevista que precipita as coisas e será substituída, do outro lado” pelo corpo do Partido que exerce “ação detonadora” (Id., 1995, p. 29).

Em suma, a relação expressão/contéudo não se dá pela descoberta ou representação de um conteúdo e sim, pela desterritorialização em que uma forma intervém na outra. Com isso, se pode chegar a algumas conclusões gerais acerca dos agenciamentos e assim, os autores propõem uma discussão acerca dos eixos dos agenciamentos.

Para Deleuze e Guattari é possível identificar dois eixos nos agenciamentos de enunciação. O primeiro é o eixo horizontal: de um lado temos o segmento de conteúdo. Ele se apresenta como o agenciamento maquínico de corpos, ações, paixões e misturas de corpos. Do outro lado temos o segmento de expressão que se apresenta como o agenciamento coletivo de enunciação, atos, enunciados, transformações incorpóreas. No eixo vertical o agenciamento tem lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam e no lado inverso, os picos de desterritorialização que os arrebatam (Id., 1995, p. 29). Como exemplo dos eixos, temos a literatura de

Kafka: de um lado, em Kafka, temos “a máquina-barco, a máquina-hotel, a máquina-circo, a máquina-castelo, a máquina tribunal” e “por outro lado, o regime de signos ou de enunciação” com suas transformações não-corpóreas, bem como, seus atos, sentenças de morte, vereditos, processos e direitos (Id., 1995, p. 29). Os enunciados não representam as máquinas, mas, são atribuídos aos corpos. No segundo eixo o que se compara ou combina são os graus de desterritorialização e as operações de reterritorialização (que estabilizam).

O conjunto dos eixos é chamado de “tetralência do agenciamento” e para exemplificar, Deleuze e Guattari citam o agenciamento feudal. No eixo vertical temos as misturas de corpos enquanto feudalidade, de um lado: terra, sociedade, suserano, vassalo, servo, cavaleiro, cavalo, relação com estribo, armas, ferramentas (simbioses de corpos); do outro lado, temos as transformações incorpóreas: enunciados, expressões, juramentos, regimes jurídicos (agenciamento coletivo de enunciação). No eixo horizontal temos de um lado as territorialidades e reterritorializações feudais e do outro as desterritorializações como aquilo que arrebatava o cavaleiro e a sua montaria, os enunciados, os atos etc. Com isso, é perceptível que, ao tempo em que o eixo horizontal provoca transformações incorpóreas, ocorrem desterritorializações e reterritorializações (Id., 1995, p. 29).

Terceiro ponto: Conclusão (§ 19-21, p. 30-34). Para Deleuze e Guattari teríamos dois erros. O primeiro deles seria acreditar que o conteúdo determina a expressão por uma espécie de causalidade. Isso é considerado um erro mesmo quando consideramos que a expressão reflete e reage ativamente sobre o conteúdo. Em primeiro lugar, as formas são independentes. Nesse sentido, mesmo que os conteúdos sejam econômicos, sua forma é abstração, isto é, produção de bens e de meios de produção consideradas neles mesmos. Por outro lado, se as expressões são ideológicas, a forma (signos) não é ideológica, mas, está reduzida à linguagem como abstração. Nesse contexto, as formas são isentas de conflito e a sua relação é indeterminada (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 31).

Os agenciamentos maquínicos remetem à mistura de corpos e a tudo o que afeta os corpos de todos os tipos, uns em relação aos outros. Por exemplo: a) o regime alimentar / sexual regulam as misturas obrigatórias, necessárias, permitidas; b) as misturas são possibilitadas pelas ferramentas ou possibilitam as ferramentas: estribo gera nova simbiose homem-cavalo. Tal simbiose engendra novas armas e novos tipos de instrumentos. (Id., 1995, p. 31). De acordo com os autores, as ferramentas são

inseparáveis das simbioses que definem o agenciamento maquínico natureza-sociedade de modo que a sociedade se define por essas simbioses. Nesse sentido, o agenciamento coletivo remete aos regimes de signos como uma máquina de expressão que determina o uso da linguagem. Desse modo, é possível dizer que há o primado do agenciamento maquínico sobre as ferramentas e os bens e o primado do agenciamento coletivo de enunciação sobre as línguas e as palavras. A articulação dos dois aspectos seria então os movimentos de desterritorialização que quantificam suas formas (DELEUZE & GUATTARI, 1995,, p. 32)

Nesse contexto, para os autores,

um campo social se define menos por seus conflitos e suas contradições do que pelas linhas de fuga que o atravessam. Um agenciamento não comporta nem infra-estrutura e superestrutura, nem estrutura profunda e estrutura superficial, mas nivela todas as suas dimensões em um mesmo plano de consistência em que atuam as pressuposições recíprocas e as inserções mútuas (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 32).

Isso deixa claro a relação entre linguagem e sociedade.

O segundo erro seria a crença na suficiência da forma de expressão como sistema linguístico. Como seria tal sistema?

Esse sistema pode ser concebido como estrutura fonológica significante, ou como estrutura sintática profunda. Teria, de todo modo, a virtude de engendrar a semântica, e de preencher assim a expressão, ao passo que os conteúdos seriam entregues ao arbitrário de uma simples “referência”, e a pragmática, à exterioridade dos fatores não-linguísticos. O que há de comum a todas essas empresas é o fato de erigirem uma *máquina abstrata da língua*, mas constituindo essa máquina como um conjunto sincrônico de constantes (Id., 1995, p. 32)

Para Deleuze e Guattari, tal máquina se encontra num nível de abstração que permite “por um lado, considerar os fatores linguísticos neles mesmos, independentemente dos fatores não-linguísticos; e, por outro lado, considerar esses fatores linguísticos como constantes”. No entanto, salientam os autores, “se impulsionamos a abstração, alcançamos necessariamente um nível onde as pseudoconstantes da língua dão lugar às variáveis de expressão”, as quais “são interiores à própria enunciação” (Id., 1995, p. 32). Os autores salientam que a expressão não se separa do conteúdo, mas estão em interação perpétua. O conteúdo não é

significado nem a expressão é significativa. Eles são variáveis do agenciamento. A máquina abstrata é, portanto, o diagrama do agenciamento. Ela não faz parte da linguagem, mas, é diagramática e sobrelinear¹². Desse ponto de vista, a interpenetração da língua com o campo social e com os problemas políticos não se encontra na superfície, mas, no âmago da máquina como diagrama de agenciamento. Os autores salientam que a máquina não é linguagem pura, mas, é a linguagem que depende dela.

Na máquina se distinguem dois estados do diagrama: no primeiro deles, as variáveis conteúdo e expressão se distribuem no mesmo plano de consistência (movimentos de desterritorialização relativos). No segundo estado teríamos a desterritorialização absoluta em que não há mais distinção conteúdo/expressão uma vez que “a variabilidade do mesmo plano fez com que este predominasse precisamente sobre a dualidade das formas tornando-as ‘indiscerníveis’” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 34).

CONSIDERAÇÕES

A terceira e a quarta partes não serão analisadas nesse texto. Contudo, apresentaremos a sua estrutura.

A terceira parte analisa o postulado: haveria constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo. Está dividida em cinco pontos. O primeiro (§ 22-23, p. 34-35) discorre sobre a máquina abstrata; o segundo ponto (§ 24, p. 35-36) discute a oposição entre Labov e Chomsky; o terceiro ponto (§ 25-28, p. 36-41) discute sobre a variação; o quarto ponto discute o estilo (§ 29-30, p. 41-44); o quinto ponto (§ 31 p. 44-45) é a conclusão.

A quarta parte discorre sobre o postulado: se se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão. Está dividida em quatro pontos. O primeiro (§ 32-34, p. 45-49) discorre sobre a relação linguística e política; o segundo ponto (§ 35-36, p. 49-50) discute a oposição língua maior e língua menor como possíveis tratamentos da língua; o terceiro ponto (§ 37-38, p. 51-53) discute a respeito da língua enquanto devir; o quarto ponto é a conclusão (§ 39-41, p. 54-59).

¹² Cf. nota 9.

REFERÊNCIA

DELEUZE, G. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1995.